

Justiça Federal de Barreiras julga oito processos relativos a danos ambientais no município de Formosa do Rio Preto/BA



Após laudo pericial conclusivo pela compatibilidade das áreas autuadas e a área oferecida para compensação, concordância do IBAMA (réu/reconvinte) e parecer favorável do Ministério Público Federal, homologou-se a transação entre as partes no que se refere à reconvenção, para estabelecer a compensação dos danos ambientais através da instituição de Servidão Ambiental no imóvel rural denominado

"Gleba M", que deverá ser executada perante o INEMA, no prazo de 180 dias.

O referido imóvel rural está localizado no município de Formosa do Rio Preto/BA, em área de importante relevo ambiental do bioma cerrado e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, além de inserido na Área de Proteção Ambiental do Rio Preto e no Mosaico de Unidades de Conservação do Jalapão.

Os processos em referência são: 0004866-22.2010.4.01.3303, 0004981-43.2010.4.01.3303, 0004983-13.2010.4.01.3303, 0004858-45.2010.4.01.3303, 0004856-75.2010.4.01.3303, 0004855-90.2010.4.01.3303, 0004857-60.2010.4.01.3303 e 0004859-30.2010.4.01.3303.

Essa matéria está associada ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), 14 (Vida na Água), 15 (Vida Terrestre) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

A Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras julgou oito processos relativos a danos ambientais que tramitavam há mais de uma década. Os processos foram suspensos no ano de 2019 para viabilizar proposta de acordo de estabelecimento de servidão ambiental formulada pelos autores/reconvindos.

Foi escolhido um processo piloto, nº 0004856-75.2010.4.01.3303, no qual concentraram-se os atos judiciais, especialmente os relativos à perícia na extensa área oferecida para fins de viabilidade da compensação ambiental. Após a conclusão da perícia, retomou-se o andamento individual dos processos, com a realização de perícia ambiental em cada área autuada, com a finalidade de constatar os possíveis danos ambientais decorrentes da atividade agrícola, inclusive com a realização de inventário florestal com levantamento florístico, bem como auferir a equalização dos atributos ambientais da área autuada em relação à área objeto de servidão ambiental.

Participe da pesquisa do CNJ - 2ª etapa do Diagnóstico Justiça 4.0



De 3 a 14 de julho, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dará início à 2ª etapa do Diagnóstico Justiça 4.0: Pesquisa sobre o impacto da implementação dos Núcleos de Justiça 4.0, do Balcão Virtual e do Juízo 100% Digital. A última fase da pesquisa será realizada em âmbito nacional e consiste na aplicação on-line do questionário de percepção, estruturado em 16 questões e direcionado a todo o corpo funcional do Tribunal: magistrados(as), servidores(as) e força de trabalho auxiliar.

A aplicação do questionário tem o propósito de subsidiar o estudo com informações e dados complementares que não estão disponíveis nos sistemas e nas bases de dados do CNJ. As questões foram pensadas para captar a percepção dos participantes acerca de quesitos que podem contribuir com a análise das hipóteses propostas para investigar outros temas aderentes à natureza da pesquisa, entre eles: mudanças decorrentes da implementação do Balcão Virtual, do Juízo 100% Digital e dos Núcleos de Justiça 4.0; grau de dificuldade de aplicação do Balcão Virtual, do Juízo 100% Digital e dos Núcleos de Justiça 4.0; mudanças no arranjo e uso de espaços físicos (ocupação/desmobilização/redução); iniciativas implementadas para garantir o acesso aos excluídos digitais; virtualização do processo e congestionamento de processos durante a pandemia de Covid-19 e recepção da Resolução CNJ nº 481/2022 (retorno ao trabalho presencial) pelos jurisdicionados e pelos advogados.

A expectativa do CNJ é de que as informações e os dados estatísticos levantados pelos respondentes dos 87 Tribunais, dos cinco segmentos de Justiça, gerem evidências sobre o impacto da implementação das políticas tecnológicas do PJ 4.0, na criação de novos fluxos, processos e formas de trabalho no Poder Judiciário, com a demonstração de resultados comparativos quanto à economicidade e eficiência antes e depois da implementação dessas tecnologias.

Os interessados podem responder ao formulário, de 3 a 14/07, por meio do link <https://bit.ly/46xm9fM>.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

JFH HÁ DEZ ANOS

Em junho de 2013, o JFH publicou as notícias que destacamos abaixo:



19/06/2013 - Mutirão de audiências na Subseção de Guanambi resulta em mais de R\$ 6,5 milhões em RPVs - A Subseção Judiciária de Guanambi viveu duas semanas bastante intensas entre os últimos dias 3 e 15 de junho quando o juiz federal Fábio Moreira Ramiro e os juízes federais substitutos Alex Schramm de Rocha, Andréa Márcia Vieira de Almeida e Felipe Bouzada Flores Viana, este último na titularidade da Subseção de Guanambi, conduziram um gigantesco mutirão de audiências de processos do JEF Adjunto daquela Subseção. Os magistrados, sob a coordenação do juiz federal Fábio Ramiro, realizaram 1.517 audiências e homologaram 701 acordos (46,2%).

Segundo o juiz federal Fábio Ramiro, o mutirão de audiências da Subseção de Guanambi transcorreu dentro da mais absoluta normalidade, sem registro de intercorrências. O magistrado registrou o empenho dos servidores envolvidos no mutirão, tanto os da SSJ de Guanambi quanto os designados da sede da Seção Judiciária em Salvador, permitindo que os trabalhos fluíssem da melhor forma possível.

Aniversariantes

Hoje: Aline Gonzalez Oliveira de Azevedo (18ª Vara), Cynthia Kailanne de Freitas Braz de Almeida (Itabuna), Edgard Silva e Silva (Numan), Karine Lima de Gois (Alagoinhas), Joandson de Melo Santos (Campo Formoso). **Amanhã:** Luiz Cláudio Falcão Leoni (14ª Vara), Gabrielle Alves de Assis Silva (19ª Vara). **Domingo:** Iraneide Souza de Santana (Alagoinhas), Liliã Valéria Ribas de Almeida (12ª Vara), Sayonara Pereira Bittencourt (3ª Vara), Luís Henrique Alves Santos (NUCOD), Natali de Souza Alves (24ª Vara). **Segunda-feira:** Patrícia Moraes de Menezes (18ª Vara), Raimundo Vieira Barros (NucGP), Carolina dos Santos Silva Bragança (Barreiras), Irenilde Magno Ribeiro dos Santos (Cejud).

Parabéns!

Hoje é o último dia para responder à consulta pública do STJ sobre metas para 2024



Encerra hoje, 30/06, a consulta pública promovida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o objetivo de definir a atuação prioritária do órgão em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciário, em 2024. A pesquisa pode ser respondida no Portal do STJ, por meio de formulário virtual através do link <https://bit.ly/3NTLkIm>. É um formulário rápido e objetivo, com apenas uma questão.

Desde 2017, o STJ promove a consulta para receber as contribuições de advogados, magistrados, imprensa, representantes do Ministério Público e cidadãos interessados em colaborar para a

definição da atuação da corte em relação às metas nacionais do Judiciário. A medida busca fomentar a construção de políticas do Judiciário, utilizando princípios de gestão participativa e democrática.

Os resultados da consulta poderão ser acessados a partir do menu institucional do Portal do STJ, na barra superior do site, na opção Consultas Públicas.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário são definidas anualmente mediante processo conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São votadas e aprovadas pelos presidentes dos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário e representam o compromisso do Judiciário brasileiro com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. **(Fonte: STJ Notícias).**

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Adriana Souza Daniel. Diagramação: Taiana Laiz Silva de Jesus. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 - CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br